

# RESISTÊNCIA URBANA EM ARACAJU/SE: A CONQUISTA DO RESIDENCIAL VITÓRIA DA RESISTÊNCIA

Dauane Conceição Santos de Santana<sup>1</sup>

Lygia Nunes Carvalho<sup>2</sup>

Arquitetura e Urbanismo



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

No processo de provimento de habitação e no planejamento urbano diversos agentes são influenciadores do meio, dentre eles destacamos o poder público, setor empresarial e as camadas populares. No contexto do que vem sendo imposto pelos planos de habitação, a segregação socioespacial se faz presente e em crescimento no tecido urbano brasileiro, favorecendo o setor imobiliário e desencadeando problemas de acesso e mobilidade, restringindo a liberdade das relações sociais, resultando numa verdadeira luta pela moradia. Diante desse cenário surgiu o Residencial Vitória da Resistência que foi originado a partir de uma ocupação urbana organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e configura-se numa importante conquista para comunidade que lutou pelo acesso à moradia. Este artigo aborda a relação entre o sistema capitalista e a ocupação do solo urbano, bem como destaca o papel dos movimentos de resistência urbana em meio a busca pelo direito à cidade. Foram demonstrados alguns casos de ocupações e ações realizadas por movimentos de ocupação urbana em prol da promoção de habitação em Aracaju. Para a presente pesquisa foram realizadas pesquisa documental, bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas com a comunidade, setor público e representantes de movimentos sociais. A realização deste trabalho é justificada pela necessidade de dar visibilidade a luta das camadas populares e da melhoria das condições de habitabilidade da periferia das cidades brasileiras.

## PALAVRAS-CHAVE

Habitação Social. Resistência Urbana. Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

In the process of housing provision and urban planning, several agents are influencers of the environment, among them the public power, the business sector and the popular strata. In the context of what has been imposed by the housing plans, socio-spatial segregation is present and growing in the Brazilian urban ground, favoring the real estate sector and triggering problems of access and mobility, restricting the freedom of social relations and resulting in a real struggle for the home. In view of this scene emerged the Residential Vitória da Resistencia that was originated from an urban occupation organized by the National Movement of Housing Struggle - NMHS, and it means an important achievement for a community that fought for the access to the housing. This article discusses the relationship between the capitalist system and urban land occupation, as well as highlights the role of urban resistance movements in the search for the right to the city. For the present research were realized documentary research, bibliographical, field research and interviews with the community, public sector and representatives of social movements. It was demonstrated some cases of occupations and actions carried out by urban occupation movements in favor of housing promotion in Aracaju. The accomplishment of this work is justified by the need to give visibility to the struggle of the popular classes, and to the improvement of the living conditions of the outskirts of Brazilian cities.

## KEYWORDS

Social habitation. Urban Resistance. Social movements.

## 1 INTRODUÇÃO

As cidades são moldadas em cada momento histórico e os protagonistas principais da sociedade buscam a realização dos seus interesses, ou melhor, os interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança. Mas esse modelo de paisagem, ou ambiente construído, não resulta sem contradições (HARVEY, 2014).

Transborda no tecido urbano, então, o resultado da luta de classes que se intensificou a partir da era da industrialização, onde a força dos poucos que possuem o poder econômico na mão sobrepõe as necessidades e desejos da maioria.

As áreas que atraem maior especulação imobiliária são ocupadas pela parcela da população que em sua maioria sempre teve acesso aos serviços (saúde, transporte, educação e outros) com maior facilidade, enquanto a maior parte da população de baixa renda teve e continua tendo escasso acesso a serviços básicos, como saúde, transporte e educação.

A classe trabalhadora quer da cidade o valor de uso – desejo que deveria ser sanado – como acesso à moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade.

Perante a exacerbada desigualdade social e a política hegemônica que é permissiva com a especulação imobiliária sobre o solo urbano, a população que não tem

acesso a terra e não têm condições financeiras de se manter na cidade, veem como solução de moradia as favelas, que constituem uma produção informal de suas habitações em assentamentos irregulares e precários, muitas vezes ocupando locais de Áreas de Risco ou de Proteção Ambiental.

Apesar de iniciativas por parte do governo, não nos é garantido o pleno Direito à Cidade como estabelecido pelo Estatuto da Cidade e a população menos favorecida é a que mais sofre pela falta de acesso a equipamentos que são necessários para fornecer qualidade de vida aos habitantes das cidades. Por conta da conformação do espaço urbano se dá pela influência do sistema capitalista, podemos identificar que os principais produtores da malha urbana são os grandes empresários e herdeiros de terras. Assim restando à população menos abastada a alternativa de ocupar o solo urbano como puder; ideal que fez surgir os Movimentos de Luta pela Moradia no Brasil e, conseqüentemente, as ocupações urbanas.

As ocupações de terra, especialmente as realizadas pelos movimentos populares, ocupam terras que são de grandes proprietários que as “herdaram”, por meio da técnica da grilagem feita pela sua família no passado, em que no presente o especulador deixa suas terras vazias, até que atinja um preço exorbitante para que ele possa vendê-la.

A ocupação de terras vazias no Brasil é ao mesmo tempo legítima e legal, pois a Constituição Federal de 1988 afirma nos artigos 5º e 170º que toda propriedade tem que cumprir uma função social, ou seja, não pode estar vazia e sem uso. Com isso conclui-se que na realidade quem está agindo de forma ilegal e criminosa são os proprietários de terras que deixam o local ocioso enquanto adquire maior valor por meio da especulação imobiliária. São os chamados “terrenos de engorda”.

Muitas ocupações ocorreram no período do crescimento urbano, entre 1950 e 1990, grande parte dessas ocupações foram organizadas por iniciativas espontâneas dos próprios trabalhadores e não pelas organizações conhecidas por “movimentos populares”. Hoje várias dessas ocupações se consolidaram e se tornaram bairros, como aconteceu em Aracaju com os bairros Santa Maria, Santos Dumont e Bairro Industrial.

A partir da demanda por habitação, na década de 1980 se constituem os dois principais movimentos de moradia organizados nacionalmente no Brasil, foram eles a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

A UNMP iniciou sua atuação em 1989 quando consolidou o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, por meio da coleta de assinatura, para a criação do Fundo e o Conselho Gestor de Habitação Social no Brasil, a Lei 11.124/2005. Já o MNLN foi criado em 1990, após o I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, realizou diversas ocupações de áreas e conjuntos habitacionais principalmente na década de 1980. A atuação dos movimentos de moradia e reforma urbana busca quebrar a lógica da cidade como um valor de troca, resgatando seu valor de uso (FERREIRA, 2012). Sobre a inserção dos movimentos sociais na questão urbana, Alencar (2010, p. 3), afirma que:

O processo histórico de democratização do Brasil é acompanhado pelos movimentos sociais, que a partir da organização de setores socialmente excluídos do crescimento e da vida econômica, entram na cena pública reivindicando direitos sociais e melhores condições de vida. Os movimentos sociais urbanos de luta por moradia são entendidos aqui como ações coletivas organizadas pela população pobre na busca pelo direito à cidade, através do acesso ao solo urbano, à moradia e aos serviços e equipamentos coletivos.

Da insatisfação do povo surgiram os movimentos populares, que são grupos que lutam pelos direitos dos cidadãos – garantidos pela constituição – e canalizam as mediações entre a população e o poder público, se posicionando enquanto representante de uma classe que manifesta seu direito à habitação, saúde, educação, cultura e outras questões que constituem a qualidade de vida do indivíduo. Na conquista da participação dos movimentos sociais no Brasil, reside a esperança coletiva da população.

## **2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELO ACESSO À CIDADE DE ARACAJU**

No cenário nacional o processo de organização das comunidades começou a se desenvolver notoriamente a partir da década de 1980, motivados pela implantação de programas governamentais que concediam benefícios a organizações comunitárias, em Aracaju pode-se destacar a proliferação de associações de moradores entre os anos 1962 e 1988. Essa proliferação se deu em demasia e consta no Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS, 2001) que em 2001 existiam 312 associações, das quais apenas 89 estavam legalizadas e em poucos casos desempenhavam sua verdadeira função. O surgimento dessas associações foi à primeira iniciativa de participação popular na gestão da cidade.

A Constituição Federal de 1988 trouxe um capítulo que aborda as diretrizes da Política Urbana no país, a partir dos artigos 182 e 183 que dispõem sobre a obrigatoriedade do provimento das funções sociais da cidade, do bem-estar de seus habitantes por meio dos Planos Diretores e da premissa de que aquele que possuir até duzentos e cinquenta metros quadrados, durante o período de cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, com a finalidade de moradia, poderá adquirir o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (PLHIS, 2011, on-line).

A imposição dessa legislação foi uma resposta do governo federal às reivindicações dos movimentos de moradia, do setor da construção civil e de todos que vinham lutando pela priorização de investimentos nas políticas sociais.

Em decorrência da conjuntura política e socioeconômica os movimentos sociais de luta pela moradia começaram a ter uma atuação mais ampla na cidade, e a partir do I Encontro Estadual de Movimentos Populares de Sergipe, em 1987, foi criado o Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP).

Nos anos 1990 nasce o MNLM, em parceria com os sindicatos representativos e tendo como público-alvo moradores de vila e de casas de aluguel. Com representação em 14 estados do Brasil, instalou-se também em Aracaju de forma espontânea por meio da ocupação de um terreno situado nas imediações do bairro Dezoito do Forte, composto por cerca de trinta famílias que moravam em vilas nos bairros periféricos da cidade.

Ao longo dos anos o movimento atuou em várias ocupações, foram elas a do bairro Santos Dumont (que deu origem ao conjunto Maria do Carmo), do Jardim Recreio (bairro Santa Maria), da Matinha (bairro Industrial), do Lamarão (que deu origem ao Residencial Vitória da Resistência), da Vila Santo Antônio (bairro Ponto Novo) e da Vila do Queijo (bairro Coroa do Meio), também executa ações de formação e conscientização dos membros, bem como, organiza e elabora projetos de inclusão social. Tal medida inicialmente foi facilitada pelo Programa Crédito Solidário do Ministério das Cidades, por meio do qual os membros dispostos a continuar participando do processo organizativo do movimento, poderiam ganhar benefícios por meio dos projetos de inclusão social desenvolvidos pelo MNLM. (SEPLAN, 2006, on-line).

Outro movimento social que teve destaque no município e que teve envolvimento direto com a habitação é a Central de Movimentos Populares (CMP). O grupo tem abrangência nacional, iniciando sua atuação em Minas Gerais no ano de 1993 e com membros em 22 estados. É uma entidade que congrega vários movimentos populares que buscam a melhoria das políticas públicas para negros, mulheres, crianças e adolescentes, LGBT, moradores de rua, pessoas com deficiência, movimento por transporte, moradia, dentre outros. A Central de Movimentos Populares participa da composição do Conselho das cidades, o que configura uma grande conquista dos movimentos populares.

Seus representantes levam adiante a luta pela conquista de terras e pelo cumprimento da sua função social. Além dos acampamentos promovidos pela CMP, também atuam como apoio em outros acampamentos, entrando em contato com o poder público em busca da obtenção legal da área apossada. Atua em todo o estado e possui assentamento no bairro 17 de março, na área conhecida como "cabo de revólver"<sup>1</sup> onde o governo do estado está atuando para a concessão do direito real de uso aos ocupantes.

Outro assentamento situado na região do "cabo do revólver" pertence ao Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) que ocupa a área desde meados de 2014, constituindo um dos maiores assentamentos existentes em Aracaju, a ocupação Recanto das Mangabeiras e, atualmente, aguarda a cessão das terras.

O MOTU teve sua origem em 2007, a partir da junção de alguns membros do MST e de pessoas que pagavam aluguel, moravam de favor e/ou viviam em condições precárias. A primeira conquista do MOTU foi o condomínio 5 de Agosto (antigo Hotel

---

1 A localidade ficou assim conhecida por conta da sua área ter um formato que se assemelha um cabo de revólver.

Manhattan), no bairro Coroa do Meio, onde hoje famílias oriundas do movimento residem legalmente no local. Atualmente o MOTU possui ocupações distribuídas nos municípios de Riachuelo, Itabaianinha, Estância, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e Aracaju (FIGURA 1).

**Figura 1** – Localização da Ocupação das Mangabeiras – MOTU, 2016



Elaboração: Santana (2017).

Fonte: Google Earth. / [www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br). (2014).

Como método de ação, estas organizações sociais, primeiramente identificam as áreas públicas ou privadas que não estão cumprindo sua função social; fazem mapeamento por fotos de satélite e buscam informações sobre o terreno; depois de realizadas as pesquisas eles destinam um grupo de pessoas para ocupar a área escolhida. São realizadas reuniões nas casas dos coordenadores, mas eles não informam qual será a área ocupada, revelando o local apenas no dia da ação, com o intuito de evitarem que outras pessoas saibam que irá acontecer a ocupação, prevenindo represálias por parte do proprietário ou da polícia.

Após a instalação no local, é organizado o assentamento, muitas das vezes dispondo os barracos de maneira retilínea, tendendo a formar ruas. Geralmente o assentamento novo recebe apoio de outros acampamentos e é feito corriqueiramente um trabalho de conscientização sobre a função do movimento e os coordenadores orientam como o grupo deve agir e o que precisam melhorar para avançar a luta e legitimar seus direitos.

Por volta de um mês após a consolidação do acampamento é feita uma lista oficial, com os nomes de quem irá permanecer na ocupação, que é enviada para os órgãos públicos a fim de solicitar o direito de posse da terra. Segundo Dejanilde (coordenadora do MOTU) (2017), organizados coletivamente a chance de conseguir o acesso ao solo urbano aumenta: "Mas através do movimento é que a gente ainda tem uma chance de ser reconhecido, porque a gente vai através de ofício e prezamos pela organização das ocupações e manifestações" (DEJANILDE, 2017, on-line).

A partir do registro das famílias na prefeitura, os membros do acampamento são orientados a trabalhar da melhor forma possível nas suas casas, construindo cômodos de dormitórios, cozinha e banheiro. Muitos moradores usam da criatividade e fazem jardins e hortas; outros colocam cerâmica e chuveiro. Eles também constroem um barracão central para reuniões, que é feito a partir da junção de materiais que são doados por cada um dos ocupantes.

O trabalho de conscientização do papel do movimento de resistência urbana é feito constantemente, pois o grupo precisa estar forte e resistente para alcançar seu objetivo. Crianças, principalmente, precisam receber esse tipo de apoio para que entendam o motivo de seus pais estarem se submetendo aquela situação de precariedade. Muitas vezes as crianças que conseguem vaga na escola próxima a ocupação sofrem preconceito por parte dos alunos e dos funcionários da instituição. O preconceito também é presente na população em geral, principalmente, na vizinhança do assentamento, que são influenciados pela imagem negativa gerada pela mídia e o atual sistema capitalista. Diante do exposto, Dejanilde (2017, ON-LINE) relata que:

Pra eles a gente não existe! E acham que a gente é invasores né? A gente orienta o nosso povo que nós somos ocupantes, todo mundo no acampamento sabe. Nós não aceitamos ser apontados como invasores porque invasão é quando você invade algo de alguém, né? Que você vai lá e toma! E a gente apenas ocupou aquele espaço que está lá sem função social nenhuma e damos vida aquele lugar, trabalhamos e cuidamos dele. [...] E a gente vai conscientizando e explicando, vai ganhando os vizinhos que de início chamam a polícia pra gente e acham que o problema do bairro somos nós.

Do ponto de vista dos técnicos da prefeitura um desafio a ser vencido é a necessidade de capacitação das lideranças populares para que eles entendam as minúcias da política habitacional. Para tal medida foi criado o Conselho Municipal de Habitação em 2004, sendo um canal institucionalizado de participação da população na gestão habitacional da cidade.

Apesar de ter sido uma grande conquista para participação popular, o conselho atualmente se encontra inativo e, segundo informações da prefeitura, está sendo reestruturado, porém ainda não existe previsão para o retorno do seu funcionamento.

Os principais instrumentos legais que interferem na questão da habitação de interesse social em Aracaju são: a Lei Orgânica Municipal; Código de Obras; Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei 42/2000); Código de Urbanismo (Lei 19/1966); Conselho de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Aracaju<sup>2</sup> e Fundo Local de Habitação de Interesse Social. E consta na lei orgânica diretrizes

---

<sup>2</sup> Criado pelo Art. 205 da Lei Orgânica do Município de Aracaju.

sobre a obrigatoriedade do incentivo da participação popular e da gestão democrática efetiva no município.

Portanto os movimentos sociais devem ser considerados organismos importantes de reivindicação dos direitos dos cidadãos, devendo atuar conjuntamente com o poder público municipal para melhoria do acesso à cidade e redução da desigualdade social.

Entretanto o que encontramos no cenário atual de Aracaju é uma redução significativa da participação dos movimentos; a difícil comunicação entre o setor público, privado e a população; e o pouquíssimo estímulo da gestão pública para participação da população em geral.

Em meio a essa problemática, apesar das dificuldades explanadas acima, temos como exemplo de conquista popular coletiva o Residencial Vitória da Resistência, que se materializou a partir de uma ocupação urbana organizada pelo MNLM, que resistiu durante 14 anos até que o processo de construção das moradias fosse concluído. Tal caso será disposto no presente trabalho no capítulo seguinte.

### **3 O RESIDENCIAL VITÓRIA DA RESISTÊNCIA: DA OCUPAÇÃO URBANA À INTERVENÇÃO DO ESTADO**

Existia uma área conhecida como Salina São Marcos, que fica situada no bairro Lamarão, zona norte do município de Aracaju, próximo ao Rio do Sal, limitando-se com o município de Nossa Senhora do Socorro.

A área onde hoje está inserido o residencial Vitória da Resistência pertencia a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e por mais de 20 anos foi explorada por um particular, que era o responsável pela salina<sup>3</sup>. Após sua desativação o local ficou subutilizado, restando apenas um galpão, que servia como depósito de materiais para um inquilino.

Segundo Gilson Santos<sup>4</sup> (2017), coordenador do movimento na época, a ocupação da área se iniciou em fevereiro 1999 através do MNLM, formado por um grupo de pessoas que residiam em casas de familiares ou de aluguel no bairro Lamarão e bairros circunvizinhos. Com o objetivo de reivindicar a função social da terra, mesmo diante de ameaças de remoção por parte dos proprietários acompanhados da polícia, os ocupantes resistiram e construíram seus barracos com materiais precários, numa área sujeita a inundação e em condições impróprias de habitabilidade (FIGURA 2).

3 Informação levantada do Projeto de Regularização Fundiária fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e por meio de documentos disponibilizados pela Caixa Econômica.

4 Informação levantada a partir de entrevista realizada pela autora na pesquisa de monografia Narrativas de Resistência Urbana – O Caso do Residencial Vitória da Resistência em Aracaju/SE. UNIT. 2017.

**Figura 2** – Localização da antiga Salina São Marcos / Perímetro da Ocupação, 2009

Fonte: Google Earth (2009).

De acordo com relatos de alguns integrantes do assentamento, eles se organizaram em grupos com funções distintas, havia o pessoal responsável por cozinhar, pela limpeza do terreno, pela construção e manutenção dos barracos e pela segurança da área no período noturno, além de haver o barracão somente das mulheres e o dos homens (a fim de que uma mínima privacidade fosse preservada).

O grupo originalmente era constituído por 184 famílias que, com o passar dos anos reduziu para cerca de 130, dentre as quais 41,64% eram desempregadas e 41,28% possuíam trabalho informal (diagnóstico da área realizado pela secretaria de planejamento orçamento e gestão de Aracaju).

No dia 10 de março de 1999 os ocupantes sofreram a primeira reintegração de posse e as famílias migraram para regiões adjacentes a área, passando a ocupar terrenos vazios do bairro, principalmente a região próxima à igreja católica. Segundo o líder da ocupação, dias após a reintegração, eles tentaram ocupar a área novamente, porém como o mandato ainda estava recente, foram impedidos prontamente, havendo algumas prisões de representantes do movimento. Então as famílias realizaram manifestações, como o bloqueio (por meio de barricadas de pneus onde atearam fogo) da Avenida Euclides Figueiredo que dá acesso ao conjunto João Alves, no município de Nossa Senhora de Socorro.

Seus barracos permaneciam no terreno da Secretária do Patrimônio da União (SPU) e mesmo sem morar no local, a comunidade continuou lutando pela posse. Durante o período de negociações, à noite um grupo fazia a vigilância do terreno para garantir que outras pessoas não invadissem, retornando a se instalarem no assentamento em maio de 2001. Após um ano, em maio de 2002 eles sofreram um novo despejo e voltaram a ocupar barracos nos arredores.

As famílias, permanecendo acampadas nas áreas de domínio público ao longo da Avenida Euclides Figueiredo até o ano de 2004, puderam retornar a habitar o assentamento na antiga salina e iniciou-se o processo de negociação para urbanização da área com o Poder Público, por meio da apresentação da proposta de urbanização feita pelo movimento, que foi aceita e assim as famílias retornaram para o local co-

nhecido como Invasão da Salina São Marcos (FIGURA 3). O processo continuou na gestão seguinte e o poder público se comprometeu a elaborar um projeto e tentar captar recursos juntamente ao Governo Federal.

**Figura 3** – Condições insalubres do acampamento, 2008



Fonte: Arquivos cedidos pela Caixa Econômica Federal (2017).

Embora o poder público do município tenha se comprometido a realizar o projeto de urbanização da área, a morosidade no processo se fez presente principalmente devido à troca de gestão da prefeitura, o que dificultou o cumprimento do prazo para a entrega do residencial. Em entrevista ao site Infonet, Edjane dos Santos (2007), uma das moradoras do assentamento desabafa: “Esperava que nossa situação pudesse ser resolvida até dezembro. Mas não estou mais confiante diante de tantas promessas que não dão em nada” (SANTOS, 2007, on-line).

Diante dessa situação de atraso na execução das obras o secretário de planejamento Luciano Pimental (2007, on-line)), justificou o acontecimento da seguinte forma:

Não houve falha da administração municipal. O que ocorreu foi que não conseguimos a tempo a titularidade da área exigida para a execução do projeto. O convênio do repasse foi assinado, mas essa verba não veio, ela só vem quando inicia a obra. Se a gente tivesse dado a titularidade, os recursos viriam para as obras que estavam previstas.

Quase um ano após a realização da entrevista, a cessão da área foi efetivada no nome do Município de Aracaju, por meio da instituição da Lei nº 3616 de 7 de outubro de 2008, que denominou a área de residencial Vitória da Resistência, nome escolhido pelos moradores da ocupação.

O projeto de urbanização foi elaborado pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização do Município de Aracaju (EMURB), que foi o órgão responsável pela execução da obra. Cada unidade habitacional possui 44,87 m<sup>2</sup> e é composta de dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

Como uma das diretrizes necessárias para a aprovação do projeto foi o desenvolvimento de trabalho social junto à comunidade do assentamento, a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS) viabilizou o cadastro das famílias que residiriam no empreendimento, que eram egressas da ocupação Vitória da Resistência, também de outros assentamentos como do Coqueiral e realizou um Trabalho Técnico Social (PTTS).

A exigência da realização desse tipo de trabalho foi importante para que ocorresse o envolvimento da comunidade com o futuro local em que iriam residir, bem como para manter um diálogo entre a população e governantes, assim foram desenvolvidos treinamentos e capacitações por meio de oficinas e cursos. Mesmo com a realização de cursos de capacitações, pode-se notar que essa iniciativa foi pouco eficaz, pois atualmente grande parte dos moradores permanecem sem fonte de renda fixa (SEMFAS, 2017).

No início do ano de 2010 o projeto foi concluído e apresentado à Caixa Econômica Federal, vindo a ser executado somente no início do ano de 2011. Em 2013, foi concluída a obra do residencial Vitória da Resistência e em 19 de setembro de 2014 as casas foram entregues pela SEMFAS às 410 famílias (FIGURA 4), dentre as quais 130 foram egressas da ocupação Vitória da Resistência e o restante das famílias foram advindas de outras ocupações próximas como do Coqueiral e do Porto D'anta. Os moradores então passaram a ter o direito real de uso das residências, até que venham a receber as escrituras das casas quando for realizada a Regularização Fundiária, processo que se encontra em andamento atualmente por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLOG).

**Figura 4** – Família se instalando no dia da entrega das casas, 2014



Fonte: [www.aracaju.se.gov.br](http://www.aracaju.se.gov.br) (2014).

Após 15 anos de resistência e negociações o residencial veio a ser concluído (FIGURA 6) por meio da significativa participação social, de forma que somente a partir da reivindicação do MNLM que a propriedade encontrada anteriormente sem uso - não cumprindo sua função social - passou a cumprir seu papel, possibilitando a construção de moradia digna para a parcela da população menos favorecida.

**Figura 6** – Imagem de Satélite e Mapa do Residencial Vitória da Resistência

Elaboração: Santana, (2015).

Fonte: Google Earth, 2015.

A importância da atuação dos movimentos de luta por moradia reside no ato de dar voz e visibilidade para aqueles que não são notados pelo poder público, de forma que no caso do Vitória da Resistência, podemos notar que a intervenção da prefeitura só veio a ser feita a partir do diálogo que foi iniciado pelo MNLM. Importante notar também que, apesar de ter havido intervenções por meio da SEMFAS com as famílias, a situação de moradia e qualidade de vida no assentamento permaneciam bastante precárias, destacando assim que as medidas de atendimento à população de baixa renda precisa ser mais eficaz e promover condições de cidadania, qualidade de vida, acesso a cidade e subsistência para cada morador.

A concessão da titularidade das casas para cada morador é um passo importante para que assim ganhe autonomia e possa realizar reformas e mudanças na sua habitação. Apesar de construído com regular infraestrutura, o conjunto habitacional está inserido num bairro que sofre com a precariedade dos equipamentos públicos, pavimentação das vias, drenagem, criminalidade e limpeza urbana. Em relação ao atendimento de saúde e educação, o local apresenta grande deficiência, pois as duas escolas públicas existentes não atendem a todos e a única unidade de saúde do bairro não é suficiente para atender a todas as demandas da região, sendo uma das principais queixas da comunidade.

Pode-se observar que o caso do Residencial Vitória da Resistência é mais um exemplo do que vem acontecendo em diversas outras periferias urbanas do Brasil, onde se é disponibilizada a moradia, mas é grande a deficiência de infraestrutura, o descaso com os espaços verdes e de lazer e a insuficiência de serviços públicos.

Nesse contexto, entre o momento da entrega do espaço construído e o momento posterior – quando cotidianamente vivenciado – podemos ter a noção de espaço “concebido”, “vivido” e “percebido” da teoria de Lefebvre, onde no primeiro caso a abstração teórica já está no concreto. Enquanto no tocante ao “vivido”, temos

a noção de que o espaço jamais será neutro e puro, pois nele se estabelece interesses, transações e necessidades; e no espaço “percebido”, nós podemos obter a percepção através da escala do indivíduo, também de seu grupo, entendemos, assim, de fato, a realidade social e espacial da cidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Aracaju, a atuação de movimentos sociais de luta pela moradia, foi maior a partir da realização do I Encontro Estadual de Movimentos Populares de Sergipe.

Muitas moradias foram construídas a partir de reivindicações de movimentos sociais no município, como por exemplo o caso do Vitória da Resistência. Porém, apesar de terem tido mais ações no passado (como a conquista da participação do conselho de habitação e conquista de algumas terras e habitação), vem ocorrendo uma significativa redução da participação dos movimentos em decisões da gestão pública (que deveria ter ampla participação popular) e é difícil o diálogo entre o setor público e população.

Mudar o processo de planejamento das cidades contemporâneas se faz necessário e a busca pela redução da desigualdade social deve ser o maior objetivo. As camadas populares estão sofrendo diariamente com a falta de qualidade de vida, e para serem notados precisam por vezes realizar grandiosos atos e manifestações.

O controle midiático e capitalista mantém a imagem negativa do pobre, e condenam os movimentos sociais que são malvistas por grande parte da sociedade. Uma mudança no cenário da mídia deve ser feita e temos como oportunidade de desconstrução dessa imagem, a possibilidade de uso da internet e sites como o youtube, onde o controle das grandes empresas é menor e o cidadão comum tem livre acesso.

A crescente tendência a segregação, segmentação e descaso com a infraestrutura da periferia devem ser sanados, e mediante a análise feita, conclui-se que para promoção de melhorias nos espaços da cidade deve-se contar com a ampla participação popular, dos agentes públicos e privados, da classe acadêmica e dos demais atores sociais que estão envolvidos na questão habitacional urbana.

Diante do exposto a produção desta pesquisa possibilita a realização de futuras análises a respeito da apropriação do espaço urbano, com foco em forças comunitárias organizadas e na produção habitacional popular.

#### REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. K. B. **A inserção dos movimentos sociais na questão urbana:**

A produção Social do Habitat. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST3\\_Anna\\_Karina.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST3_Anna_Karina.pdf). Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. **Código de Obras**, de 03 de junho de 1966. Institui o Código de Obras do Município e dá outras providências. Sergipe. Aracaju, Disponível em: [http://200.151.187.98:8080/sapl/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=4146](http://200.151.187.98:8080/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=4146). Acesso em: 15 set. 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. **Lei Orgânica do Município de Aracaju**, de 05 de abril de 1990. Disponível em: <https://aracaju.se.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica.pdf/view>. Acesso em: 7 ago. 2017.

BRASIL. **Lei n. 19**, de 10 de junho de 1966. Institui o Código de Urbanismo do Município e dá outras providências. Disponível em: [http://200.151.187.98:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2684\\_texto\\_integral](http://200.151.187.98:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2684_texto_integral). Acesso em: 7 ago. 2017.

BRASIL. **Lei n. 3616**, de 07 de outubro de 2008. Denomina Residencial Vitória da Resistência o local (espaço urbano) conhecido como Ocupação das Salinas e dá outras providências. Disponível em: [http://200.151.187.98:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2267\\_texto\\_integral](http://200.151.187.98:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2267_texto_integral). Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL. **Lei n. 4512**, de 16 de abril de 2014. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Habitação - CMH, institui o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, e das providências correlatas. Disponível em: [http://200.151.187.98:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/19592\\_texto\\_integral](http://200.151.187.98:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/19592_texto_integral). Acesso em: 8 ago. 2017.

BRASIL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000**. Disponível em: [https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/pdf/2017/seplog/plano\\_diretor/PDDU\\_2000.pdf](https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/pdf/2017/seplog/plano_diretor/PDDU_2000.pdf). Acesso em: 24 mar. 2017.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** São Paulo: Scortecci, 2012.

CAIXA – Caixa Econômica Federal. **Memorial Descritivo Área de Interesse Público – 01 do bairro Lamarão**. Aracaju, 2009.

CARVALHO, L. N. **As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE**. São Paulo: FAUUSP, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

INFONET. PMA perde prazo e obra de moradia no Lamarão não sai do papel. 2007. Disponível em: <http://www.infonet.com.br>. Acesso em: 10 set. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

SANTANA, Dauane C. S. **Narrativas de resistência urbana – O caso do residencial**

**Vitória da Resistência em Aracaju/SE.** 2017. Monografia (Graduação em arquitetura e urbanismo) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/dauanesantana/docs/tfg\\_narrativas\\_de\\_resistencia\\_urban](https://issuu.com/dauanesantana/docs/tfg_narrativas_de_resistencia_urban). Acesso em: 3 jan. 2018.

SEPLAN. **Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS.** Prefeitura Municipal de Aracaju, 2001. Disponível: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminiar-jul2015/CAPITULO-VII-HABITACAO-DE-INTERESSE-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SEPLAN. **Plano Local de Habitação de Interesse Social.** Prefeitura Municipal de Aracaju, 2011. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminiar-jul2015/CAPITULO-VII-HABITACAO-DE-INTERESSE-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SEPLAN. **Programa Aracaju Morar-Legal.** Prefeitura Municipal de Aracaju, 2006.

SEPLAN. **Projeto de Regularização Fundiária Residencial Vitória da Resistência (Bairro Lamarão – Aracaju/SE).** Prefeitura Municipal de Aracaju, 2016.

SEPLAN. **Residencial Vitória da Resistência (Bairro Lamarão – Aracaju/SE) - Características da Intervenção e Diagnóstico da Área.** Prefeitura Municipal de Aracaju, 2008.

---

**Data do recebimento:** 3 de julho de 2018

**Data da avaliação:** 12 de julho de 2018

**Data de aceite:** 2 de agosto de 2018

---

---

1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes (2017) – UNIT/SE.

E-mail: daauane@gmail.com

2 Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo; Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes. E-mail: lygiacarvalhoarq@gmail.com